

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

JÚLIO DE VILHENA — *D. Pedro V e o seu reinado* — Coimbra, 1921 (ed. da Academia das Ciências de Lisboa), 2 vol. in 8.º de IX-I-399 e XI-I-463 pags.

Na *Patria*, que é uma sátira violenta, admirável por vezes, à dinastia de Bragança, Junqueiro não ousa atacar D. Pedro V, pondo na boca de D. Luís esta única referência:

«É verdade, Pedro faltou... faltou... não veio...
Pedro! meu pobre irmão! Acordei-o, chamei-o,
Quiz levantar-se, ergueu a fronte, abriu o olhar,
Exhalou um suspiro... e tombou a chorar!...».

O Poeta, poupando ao furor da sua crítica o imediato sucessor de D. Maria II, seguiu neste ponto, como aliás em todo o poema, a lição de Oliveira Martins. Também no *Portugal Contemporâneo*, D. Pedro é poupado, ou melhor, tratado, com evidente simpatia. Também no *Portugal Contemporâneo*, D. Pedro passa, envolto em sombra, em lágrimas, esperança que não será realizada, flôr que não dará fruto.

Historiador e Poeta, no respeito tributado à memória do Rei, ambos vão de acôrdo com o sentimento popular, aliás tantas vezes injusto, sempre ingénuo, simplista e cândido, aceitando o maravilhoso e criando-o mesmo quando não existe.

Para o povo, D. Pedro é o monarca que visitou os coléricos e os atingidos pela febre amarela, o que prezou os humildes, o que viu morrer a esposa idolatrada, o que finalmente caiu vítima do crime.

Para o povo D. Pedro é o Rei Santo.

E para os intelectuais?

Para estes, o Rei é como o descreveu Oliveira Martins, porque o *Portugal Contemporâneo* constitue a grande fonte de informações sôbre o estabelecimento do liberalismo e as primeiras décadas subseqüentes. É certo que sôbre êsse pe-

riodo há inúmeros trabalhos publicados. Fôrça é, porém, confessar, que todos versam pormenores, aspectos restritos, especialidades, nenhum oferecendo, como o *Portugal Contemporâneo*, uma larga vista de conjunto.

! Nos dois volumes desta obra, há algumas páginas definitivas, mas, a par delas, quantas outras existem carecendo absolutamente de rectificação, de ampliação ou de substituição! Ainda há pouco, o Sr. Satúrio Pires, com *Os Caçadores no Exército de D. Miguel* (Pôrto, 1918, 2 vols.), precisou alguns pontos obscuros ou desprezados da história militar dos vencidos, que obrigam a rejeitar certas asserções de Oliveira Martins. E agora, o livro do Sr. Dr. Júlio de Vilhena oferece-nos um retrato de D. Pedro V, muito diferente do que traçou o autor da *Vida de Nun'Alvares*.

Se Junqueiro hoje compusesse a *Patria* também não atacaria D. Pedro, mas havia de dar aos seus leitores, a propósito dêste rei, uma impressão de fôrça, de inteligência e de vontade, em contraste com a mágua resignada que resumem os quatro versos transcritos.

Até há pouco, o estudo da figura de D. Pedro mal podia fazer-se. Os documentos, êsse alicerce de todo o trabalho histórico, faltavam, inacessíveis, dispersos por várias mãos. Devido à iniciativa da Academia das Sciências de Lisboa, êsses materiais estão hoje quasi todos colleccionados e em vias de publicação. O Sr. Dr. Júlio de Vilhena leu-os, estudou-os e, baseado neles, deu à estampa uma obra considerável.

Eis como o Rei nos aparece através dêsse novo livro.

«Quem retratou fielmente D. Pedro foi Loureiro: Era o tipo do *reflexivo*, do *senhor de si*.

«E nós acrescentaremos: Era um valente lutador, um polemista de primeira ordem, um crítico dispondo de todos os recursos próprios, sem omitir a ironia nem o sarcasmo, quando fôssem necessários. Pusera na cara a máscara de Rei, mas por baixo o que havia era um profundo desdém pelos homens, sobretudo por aqueles que justamente reputava inferiores, e gosavam indevidamente dos prêmios sociais. (Vol. II, pág. 316).

«A figura de D. Pedro sob o aspecto intelectual é assombrosa: é realmente um super-homem; moralmente tem traços grandiosos, sem embargo de várias manchas, que a idade iria gradualmente apagando. (Vol. II, pag. VIII).

«Há, porém, na complicada psicologia de D. Pedro, um ponto que concentra toda a sublimidade da sua alma. É o

amor que consagrava ao país, o affecto que dedicava ao povo, o ódio a toda a espécie de immoralidade, o afincado rigoroso ao cumprimento do seu dever. Não há neste ponto a menor hesitação, nem a mais pequena sombra que macule a pureza diamantina do seu proceder. Não é D. Pedro, o *Santo*; é D. Pedro, o *Austero*. (Vol. II, pág. 346).

Comparando este perfil com o que a lenda nos fornece, verifica-se que a figura do Rei ganha em inteligência, em energia, em aplicação ao desempenho do dever, e perde em bondade. Assim, D. Pedro aparece nos documentos, aos quais rigorosamente se cingiu o Sr. Dr. Júlio de Vilhena.

Para demonstrar a força intelectual de D. Pedro, é mister não só apreciar as suas composições literárias — alguma das quais, como a carta ao Duque da Terceira, por ocasião do falecimento da Rainha, dariam belas páginas de antologia — mas acompanhar toda a actividade febril que desenvolveu, como soberano, seguindo os mais variados negócios públicos, não com um olhar vago, desinteressado e incerto, mas com ponderação, critério e conhecimentos.

Rei aos dezóito anos, como para demonstrar que se pode ser chefe de Estado, com essa idade, sem cair sob a tirania dos políticos, D. Pedro não assinava papel que não houvesse lido com atenção.

«;Emfim, elle lê tudo, propõe modificações a tudo, e às vezes dá pareceres sobre os negócios, como se fôsse um chefe de repartição! ;Faz relatórios! (Vol. I, pag. 86).

«Quanto ao Visconde de Atouguia, o Rei não o deixava descansar um só momento. Durante os poucos meses da sua administração, na vigência do novo reinado, recebeu de D. Pedro cerca de 30 cartas. ;Toda a correspondência diplomática, tudo o que vinha do ultramar, sem omissão de um só papel, era lido, examinado e comentado pelo Rei! Considerações gerais sobre a situação da Europa, questões coloniais, despachos do pessoal, juízos sobre os homens e sobre os factos, tudo emfim era objecto do trabalho constante do Rei». (Vol. I, pag. 92).

Os frutos desse trabalho eram superiores, magníficos. Haja em vista as instruções para a missão militar, confiada ao general Barreiros, instruções modelares, que mereceram o elogio unânime dos competentes, a começar por Saldanha.

Pelo que respeita aos defeitos que veem empanar a fama de santidade, que envolveu a memória do Rei, ficam elles bem demonstrados com a revelação da sua inimizade contra certos homens públicos do tempo, como Teixeira de Vascon-

celos, António da Cunha Sotto-Maior e Fontes Pereira de Melo.

O último principalmente, apesar de ser um dos raros estadistas do constitucionalismo, viu por duas vezes injustamente indeferidas as suas pretensões, já quando desejou um lugar no Conselho de Estado, já quando aspirou à presidência do ministério, pelo falecimento do Duque da Terceira. De ambas as vezes só a acção pessoal do Rei prejudicou Fontes. Ora o Soberano não poderia apresentar razões válidas contra o seu ministro. Foi cruelmente injusto, como, aliás, o foi ainda afastando sistematicamente a Regeneração do poder.

Outra parte da lenda que tomba desfeita, é a que pinta D. Pedro como um ser sem vontade, sempre hesitante, fluctuando ao sabor de desencontradas decisões alheias.

Bem pelo contrário, o monarca sabia querer. Era tenaz. Com que energia repeliu a intervenção estrangeira, mesmo para o sustentar no trono! Antes abdicar! «Para deixar um nome sem mancha, para que nunca o país me acuse de me ter por indispensável ao seu bem-estar, ainda tenho bastantes irmãos».

Quantas vezes discutiu com os seus ministros, os levou a reconsiderar, a modificar decretos, a sustar despachos! E a própria decisão de não abandonar Lisboa, batida pelas epidemias, denuncia um ânimo varonil, incompatível com hesitações.

Alexandre Herculano tem sido unânimemente apontado como o mentor do monarca, conselheiro oculto, cujas palavras tinham valor de dogma no espirito do jóven soberano. Outro trecho da lenda que se esvai. Na famosa questão entre o autor do *Eurico* e Joaquim da Costa Macedo, D. Pedro toma claramente o partido do velho secretário da Academia. Quando da criação do Curso Superior de Letras, iniciativa pessoal do Chefe do Estado, este não deseja ver Herculano no corpo docente, alegando razões que mostram uma inteligência clara e independente, muito longe da dócil mentalidade do discípulo.

Eis algumas considerações do Rei: «A. Herculano deixa-se dominar a tal ponto pela idea da existência de grandes perigos nas tendências invasoras da clérèsia e da aristocracia que não sei se seria possível obrigá-lo a não fazer uso da arma do ensino para a defesa da sua causa. Quebraria provavelmente o proposito, se tivesse em si a fôrça necessária para fazê-lo. — É difficil deixar de oferecer a A. Herculano a cadeira de história, pelo menos apalpá-lo para não lhe dar

a satisfação da recusa... Chefe de escola, ou pelo menos pretendendo sê-lo, o magistério seria, por ventura, para êle uma propaganda, e êle sabe que as multidões não se dominam senão a trôco de concessões de amor próprio. Estas não se esperam dêle».

Em face destas linhas, forçoso é confessar que o historiador pode ter sido o amigo, mas nunca o mestre obedecido do monarca.

A lenda, porém, não se contentava com reduzir o Rei a instrumento da vontade alheia, e dar-lhe um tutor, embora eminente: negava-lhe a virilidade. A Rainha D. Estefânia teria morrido virgem. ; Ora é certo que fora casada mais dum ano! E neste ponto a lenda cercara-se de tais visos de verdade, invocava testemunhos, não pròpriamente dos doutores que haviam visto com seus olhos, mas dos filhos, dos amigos, dos parentes dêsses médicos, que o próprio Sr. Dr. Júlio de Vilhena, sempre tão cauteloso em não avançar uma afirmação sem ter documento em que apoiá-la, chegou a consignar como um facto a suposta virgindade. Mas, felizmente para a memória do Rei, os documentos apareceram concludentes. E a própria D. Estefânia quem, em carta a sua mãe, testemunha que o matrimónio foi consumado, e repetidas vezes exprime, ora o desejo, ora a esperança de ter descendência. A pretensa anafrodisia de D. Pedro não passa duma invenção gratuita.

E já agora seja-nos lícito acrescentar que os argumentos apontados pelo Sr. Dr. Júlio de Vilhena, para demonstrar a enfermidade do Rei, não resistem a um exame sério — áparte, é claro, o da virgindade da Rainha, quando da sua morte.

«Não há em toda a sua obra uma referência à *mulher* que revele o desejo erótico de a possuir». ; Isso que prova? Uma forte educação cristã, e a sua ascendência setentrional preservavam-no de cair naquele género de literatura amoruda, que é um pecado aos olhos do católico, e uma inferioridade perante o homem do norte. O próprio orgulho de D. Pedro, a consciência do seu valor, impediam-no de trair, mesmo aos olhos dos mais íntimos, os movimentos do seu instinto. Intellectual, queria viver pela inteligência, não pelos sentidos. Professava talvez a doutrina — aliás verdadeira — de que o homem não deve aparecer perante outro homem senão na atitude em que deseja ficar na História. A sua repugnância pelo *digno madamismo* (*sic*) de Sintra, é a revolta do homem de estudo contra as fúteis ocupações mundanas. Tivesse o monarca *flirtado* toda a vida, que decerto não mereceria ao

Sr. Dr. Júlio de Vilhena os elogios rasgados que o seu livro tece à inteligência, aos conhecimentos e às faculdades de trabalho do moço rei. Nunca uma série de aventuras amorosas, mais ou menos banais, poderia ocupar dignamente os capítulos agora consagrados a estudar o pensamento de D. Pedro, nas suas várias manifestações.

O Soberano tinha ideias formadas acêrca da poesia, das belas-artes, das sciências, das viagens e dos monumentos, do progresso da instrução nos seus diferentes graus, do desenvolvimento das obras públicas, do renascimento das agremiações sindicalistas, da política interna e externa. Em regra, o seu modo de ver é o dos meios liberais e cultivados da época, isto é, sensivelmente superior ao dos políticos portugueses, subordinados à tirania dos mesquinhos interesses partidários. Tem, como é natural, o preconceito contra o absolutismo. Para D. Pedro, *Luis XV é esse infame rei*. No entanto, o estudo imparcial de Luis XV e do seu reinado, leva-nos a rejeitar semelhante adjectivação (1), sendo de notar que é exactamente um avançado — Jean Jaurès, o célebre orador, na *Histoire socialiste* — quem traça dessa época um quadro lisongeiro, encarando-o sob o aspecto económico. Nem deve esquecer-se que, mesmo sob o ponto de vista territorial, as perdas coloniais foram compensadas pela aquisição da Córsega e da Lorena, e que, pelo que respeita à política externa, o *renversement des alliances* é a adaptação às novas condições da Europa, indispensável para manter a situação primacial da França.

Por vezes D. Pedro hesita nas suas opiniões. Oscila entre a centralização e a descentralização. Como resolver o problema da administração municipal? Não o diz, mantendo-se em fórmulas imprecisas.

Outras vezes é nítido, enérgico, afirmativo, como quando rejeita o iberismo, ou quando escreve: «uma política peninsular e uma política agradável à Inglaterra, são termos essencialmente repugnantes; entre uma e outra nem mesmo há meio termo».

A personalidade do Rei define-se em todas as regiões do pensamento. Não era homem para subordinar-se cegamente à opinião alheia. Por isso não servia para Soberano consti-

(1) Veja-se, entre outros trabalhos, Claude Saint-André, *Louis XV*, Paris, 1921.

tucional — *rei pintado*, na frase de José Agostinho de Macedo.

«O bom senso popular observava que o Rei era incompatível com o regimen constitucional, não porque pretendesse assumir o despotismo cruel, mas porque não podia realizar a grande obra da libertação do país, algemado pelos interesses ilícitos das facções. Em 1860, estava radicada essa opinião. E, se D. Pedro vivesse mais tempo, era certo que teríamos o governo absoluto em Portugal, condenando à morte o regimen parlamentar, justamente vitimado pelos seus erros incorrigíveis». (Vol. II, pág. 261).

O certo, porém, é que D. Pedro morreu.

¿ Assassinado?

O Sr. Dr. Júlio de Vilhena não sustenta essa acusação, por falta de prova. Não a sustenta, mas não a destrói. Cita os documentos oficiais, já conhecidos.

¿ Mas que poderiam dizer os documentos oficiais? ¿ Concluir pelo crime? O próprio facto da morte do monarca e de alguns dos seus irmãos, com o herdeiro da coroa ausente do país, devia logicamente entregar o poder aos que beneficiavam do assassinato. A missão dos médicos deveria ser a de encontrar a explicação natural daquela morte. E encontraram: a febre tifóide. Verdade é que os relatórios não jogam com os boletins, nem a hipótese dum envenenamento ficou definitivamente afastada.

Qualquer que fôsse a causa, o Rei morreu. Todo o país chorou, e a população de Lisboa esboçou uma revolta. Com D. Pedro fenecia uma esperança. ¿ Poderia ela ter sido realidade?

«Para nós é convicção arreigada que o país, perdido por D. Sebastião, em Alcácer Quibir, encontraria em D. Pedro V o seu restaurador» — escreve o Sr. Dr. Júlio de Vilhena.

Não vamos tão longe, não fiamos tudo da acção dum homem, por mais illustre que seja. Mas cremos que o Soberano, com mais uns anos de experiência e dentro dum sistema que lhe permitisse governar, teria realizado uma obra notabilíssima para Portugal.

E é o livro do Sr. Dr. Júlio de Vilhena com a novidade da sua documentação, das suas informações, dos seus pontos de vista, que nos permite fazer justiça às excepcionais qualidades do Rei.

DOM JOSÉ MANOEL DE NORONHA.